REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO PARTICIPATIVO DA VILA MARIANA

Art. 1º O Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana funcionará como órgão colegiado, conforme estabelece este Regimento Interno.

§ 1º Cabe ao órgão colegiado encaminhar demandas de munícipes, dialogar e debater proposições de ações e/ou políticas públicas, assim como de fiscalização. As decisões e encaminhamentos cabem ao conjunto de Conselheiros, com igual autoridade, devendo ser protocoladas junto ao poder público, por SEI ou outro mecanismo de controle.

§ 2º O órgão colegiado poderá criar Grupos de Trabalho ou Comissões Temáticas, temporárias ou permanentes, para assuntos específicos.

Art. 2º Para exercer suas competências, o Conselho Participativo Municipal no âmbito territorial de cada Prefeitura Regional (Subprefeitura) é organizado pela seguinte estrutura:

I – Pleno, composto por todos os Conselheiros Participativos Titulares

II – Coordenador;

III – Secretário Geral;

IV – Comissões Temáticas;

V – Grupos de Trabalho.

§ 1º Poderão ser eleitos também Coordenador Adjunto e Secretário Geral Adjunto que substituirão o Coordenador ou o Secretário Geral em caso de falta ou vacância.

§ 2º Poderão também ser eleitos um ou dois conselheiros responsáveis pela gerencia do e-mail e redes sociais do CPM-VM devendo

I Guardar as senhas de acesso destas redes e e-mail de forma segura ;

II- Responder os e-mails de munícipes em prazo razoável;

III- Publicar as datas das reuniões e demais eventos promovidos pelo Conselho ou os quais o CPM-VM participe ou apoie, desde que aprovado pelo Pleno;

IV- Publicar ou transmitir assuntos de interesse da população, como audiências públicas, consultas públicas, eventos, palestras, desde que o conteúdo seja devidamente autorizado pelo pleno, ou pelo coordenador em caso de urgência.

Art. 3º O Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana deverá convocar/reunir o Pleno, ordinariamente, no mínimo uma vez por mês na sede da Subprefeitura, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

Art. 4º Cabe ao colegiado deliberar em sua primeira reunião ordinária anual o calendário de reuniões para aquele ano a ser publicado no Diário Oficial da Cidade.

Parágrafo único- Todas as reuniões deverão se dar necessariamente em dias úteis.

Art. 5º As reuniões ordinárias do Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana poderão ser híbridas, fazendo uso de aplicativos ou sites de transmissão pela internet, ou meio assemelhado, nos canais oficiais da subprefeitura da Vila Mariana ou do próprio Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana, quando houver, sempre no intuito de facilitar e promover a presença e a participação dos conselheiros, dos convidados e dos munícipes.

§ 1º O coordenador, poderá determinar, por decisão justificada e independente de aprovação do pleno, em situações de exceção, até duas vezes em seu mandato, a convocação de reuniões ordinárias somente presenciais, ou mesmo que transmitidas por meio eletrônico, requerer que os conselheiros compareçam obrigatoriamente de forma presencial.

§ 2º: No caso dos conselheiros que comparecerem on-line será necessário que eles abram a câmera pelo menos uma vez no início da reunião para estabelecer sua presença que será contada e atestada via ata elaborada pelo conselheiro secretário depois devidamente aprovada pelo pleno e publicada no diário oficial.

§ 3º Caso haja divergência sobre a presença ou ausência do conselheiro on-line, está se dará pela aceitação ou rejeição da maioria do pleno sobre a presença dele, podendo ser manifestada na própria reunião ou pela desaprovação daquela parte da ata por meios eletrônicos e confirmada ou rejeitada na reunião seguinte.

§ 4º O conselheiro que foi considerado faltante e discordar da decisão poderá requerer que seu pedido de reconsideração seja pautado na reunião seguinte da que faltou.

§ 6º O conselheiro que foi considerado faltante que requerer pedido de reconsideração deverá comparecer pessoalmente na reunião seguinte a que supostamente faltou para se manifestar.

- I- Ele poderá apresentar defesa escrita na hora se desejar, tendo três minutos para defesa oral de forma presencial.
- II- Em seguida, qualquer outro conselheiro poderá falar a favor ou contra a defesa apresentada por igual tempo.
- III- Terminadas as falas, o pleno votará a favor da presença ou falta do conselheiro. Devendo aqueles que estão on-line abrirem as câmeras novamente para votar.

§ 6º: A convocação das reuniões mensais, ordinárias e extraordinárias com suas respectivas pautas deverão ser publicadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, indicando se serão híbridas ou apenas presenciais.

Art. 5º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador ou a partir de requerimento justificado, assinado/apoiado por no mínimo 1/3 dos membros do Pleno, com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

§ 1º Salvo por motivo de força maior devidamente justificado pelo coordenador, as Plenárias Extraordinárias serão estritamente presenciais para os conselheiros, podendo os convidados e munícipes fazer uso dos meios virtuais de participação.

Art. 7º - Nas reuniões, todos os presentes têm direito a voz. Os Conselheiros Titulares têm direito a voz e voto.

§ 1º Aos convidados e munícipes presentes fisicamente no local será garantido o direito de fala de 3 (três) minutos, devendo o interessado requerer sua inscrição junto ao Coordenador e/ou Secretário do Conselho.

§ 2º: No caso dos munícipes on-line quando houver possibilidade técnica e não houver risco e ataques on-line ou atividades que conturbem reunião, poderá ser deferido, pelo presidente, a possibilidade de manifestação por vídeo ou chat destes munícipes em igualdade de condições com os munícipes do § 1º ,objetivando alargar o debate.

§ 3º: Permitida a participação on-line, havendo qualquer manifestação que fira o decoro, conturbe a reunião ou fuja da pauta poderá ser imediatamente suspensa a participação deste ou de todos os munícipes on-line até o final da reunião.

Art. 8º - As reuniões deverão ter duração máxima de 2 (duas) horas, excepcionalmente, poderão ser prorrogadas a critério dos Conselheiros presentes;